



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito Processual Penal III

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão, carga lectiva de 2h semanais.

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A unidade curricular é leccionada apenas pela docente responsável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular de Direito Processual Penal III, subordinada ao tema Recursos, encontra-se vocacionada para o desenvolvimento de competências técnico-jurídicas indispensáveis à vida profissional activa no âmbito do Processo Penal.

Conteúdos programáticos

Recursos em Processo Penal; 1. Constituição e duplo grau de jurisdição; 1.1. O direito fundamental ao recurso no âmbito das garantias constitucionais de defesa em processo penal: sentido e conteúdo; 1.2. As reformas legislativas e a jurisprudência constitucional; 2. Os recursos ordinários; 2.1. Princípio gerais; 2.1.1. Recorribilidade; 2.1.2. Legitimidade e interesse de agir; 2.1.3. Âmbito e fundamentos do recurso; 2.1.4. Poderes de cognição, renovação da prova e reenvio; 2.1.5. Proibição de *reformatio in pejus*; 2.1.6. Efeitos da interposição do recurso; 2.1.7. Momento e regime de subida do recurso; 2.2. A tramitação unitária; 2.3. O recurso perante as Relações; 2.4. O recurso perante o STJ; 3. Os recursos extraordinários; 3.1. O recurso para fixação de jurisprudência; 3.2. O recurso de revisão; 4. O recurso de constitucionalidade.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O estudo da matéria dos recursos revela-se indispensável ao desempenho adequado das profissões jurídicas no domínio do Processo Penal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas, com participação activa dos alunos, centradas na conjugação permanente dos conhecimentos científicos próprios do ensino universitário e da sua vertente judiciária.

Método de avaliação contínua baseada no comentário crítico de acórdãos atinentes aos vários pontos do programa, com exposição oral em aula e apresentação subsequente de conclusões escritas, assim como nas intervenções orais nos debates colectivos que se seguem àquelas exposições (regime de seminário).

A aprovação depende da obtenção de uma classificação igual ou superior a 10 valores no conjunto dos elementos referidos anteriormente. Não se realizará exame escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adoptada permite o aprofundamento doutrinário dos problemas fundamentais da prática processual penal e a análise crítica dos critérios e tendências jurisprudenciais na área dos recursos.

Bibliografia principal

AGUILAR, Francisco, "Direito ao recurso, graus de jurisdição e celeridade processual", *Dir.*, 2006, pp. 295-311;
ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a ed., Lisboa, 2011;
ANDRADE, Manuel da Costa, "*Bruscamente no Verão Passado*", *a Reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra, 2009;
ANTUNES, Maria João, BRANDÃO, Nuno, e FIDALGO, Sónia, "A reforma do sistema de recursos em processo penal à luz



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

da jurisprudência constitucional”, *RPCC*, 2005, pp. 609-622;

BRITO, Ana Maria Barata, “Recursos em processo penal – A interposição do recurso – O recurso da matéria de facto”, *Revista do CEJ*, n.º 9 (número especial *Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal – Estudos* organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários), 2008, pp. 383-399;

CORREIA, João Conde, *O “Mito do Caso Julgado” e a Revisão Propter Nova*, Coimbra, 2010;

CUNHA, José Manuel Damião da, *O Caso Julgado Parcial – Questão da culpabilidade e questão da sanção num processo de estrutura acusatória*, Porto, 2002;

- “Sobre a ‘vista’ do Ministério Público, junto do tribunal de recurso – Breves considerações sobre a posição institucional do MP junto do tribunal de recurso”, in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 349-369;

- “Algumas questões do actual regime de recursos em processo penal”, *RPCC*, 2012, pp. 261-301;

LATAS, António João (org.), *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português*, Coimbra, 2012;

MATTA, Paulo Saragoça da, “O direito ao recurso ou o duplo grau de jurisdição como imposição constitucional e as garantias de defesa dos arguidos no processo penal português”, *Revista Jurídica*, 1998, pp. 323-411;

MESQUITA, Paulo Dá, “Sobre recursos em processo penal – Notas sobre alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto”, in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008;

O Sistema de Recursos em Processo Civil e em Processo Penal, Ministério da Justiça, Coimbra, 2006;

POÇAS, Sérgio Gonçalves, “Processo penal quando o recurso incide sobre a decisão da matéria de facto”, *Julgar*, 2010, pp. 21-37;

SANTOS, Manuel Simas, “Nótulas sobre a revisão dos recursos em processo penal”, *Revista do Ministério Público*, 2006, pp. 43-76;

SANTOS, Manuel Simas, e LEAL-HENRIQUES, Manuel, “O novo Código e os novos recursos”, in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 767-799;

- *Recursos em Processo Penal*, 8.ª ed., Lisboa, 2011;

SERRANO, Rita, “A irrecorribilidade do despacho de pronúncia”, in Teresa Pizarro Beleza e Frederico de Lacerda da Costa Pinto (org.), *Prova Criminal e Direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*, Coimbra, 2010;

SILVA, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal*, 3.º vol., 3.ª ed., Lisboa, 2009;

- “Eficácia e garantia do modelo de recursos penais”, in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008;

VILALONGA, José Manuel, “Direito de recurso em processo penal”, in Maria Fernanda Palma (org.), *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2004, pp. 367-392.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.